

RADAR

favela

COVID-19

edição 13

setembro|outubro 2021

ACOMPANHE
Vacinação na Maré
Precarização dos
serviços de saúde
Empobrecimento e
avanço da tuberculose
Comer, viver e morar
na pandemia



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Imagem: Jonnathan Brandão

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

4 MEGAFONE

6 O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

7 TUBERCULOSE AVANÇA EM MANGUINHOS: JUNTO COM O EMPOBRECIMENTO DOS MORADORES, A FOME E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
Celina Boga e Valeska Antunes

9 COMO COMER, VIVER E TER MORADIA NA PANDEMIA DA COVID-19? **Elaine Marcelina**

14 I JORNADA CIENTÍFICA FAVELADES UNIVERSITÁRIES
Fórum Favela Universidade

16 A FAVELA QUER PESQUISAR: NEPS-CEASM OFERTA OFICINAS PARA ACESSO AO MESTRADO **Carolina Vaz e Francisco Overlande**

23 OLHARES DA PERIFERIA: UMA VOLTA PELA FEIRA DA PAVUNA
Day Medeiros, Ramon Vellasco, Ana Luísa Nascimento, Yasmin Menezes, Andressa Gandra, Hamilton Souza, Rayanne Olivetti, Jonnathan Brandão

32 DEBATES

33 A TUBERCULOSE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19
Reinaldo Dantas Lopes e Felipe de Oliveira Cezário

38 ACESSO À SAÚDE NA FAVELA DURANTE A PANDEMIA
Paloma Nunes

40 MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

41 ATOS DE BRUTALIDADE EM AÇÕES POLICIAIS EM MANGUINHOS **Roger Gomes de Oliveira de Almeida e colaboração: Ana Paula Oliveria**

45 EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

Radare COVID-19 Favela é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.



Imagem: Day Medeiros

MEFO GANE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

VACINA MARÉ: CAMPANHA DA SEGUNDA DOSE:

“A campanha de vacinação em massa na Maré, em que, foi possível antecipar o calendário da população entre 33 e 18 anos, conseguindo vacinar 36 mil pessoas com a primeira dose, em uma exitosa ação de mobilização dos moradores. A articulação entre Fiocruz, Redes da Maré e Prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Saúde, possibilitou também antecipar em duas semanas a segunda dose para a população da Maré. Nessa empreitada, em 3 dias de campanha, que ocorreu entre os dias 14 e 16/10/21, conseguimos atingir 70% da cobertura vacinal de segunda dose na Maré, e com a perspectiva de avanço desse total, uma vez que a campanha permanece nas unidades de saúde por mais duas semanas, alcançando o público que estaria agendado no cartão de vacinação para as datas finais do mês de outubro. A perspectiva, portanto, é atingir 98% da população adulta com duas doses, já que na campanha da D1 atingimos 99,14% com pelo menos uma dose. Seguimos no esforço de combate à pandemia. Ainda precisamos nos proteger, usar máscara e manter o distanciamento. Mas a campanha da Vacina Maré trouxe a felicidade de estarmos caminhando para o fim da pandemia, garantindo a proteção individual e coletiva dos moradores.” (Eliana Sousa Silva e Everton Pereira da Silva/Redes da Maré).

IMPACTOS DO ESTANDE DE TIROS DA CIDADE DA POLÍCIA NA VIDA DOS MORADORES DE MANGUINHOS:

“O Conselho comunitário de Manguinhos se reuniu, no dia 22/10/2021, com parlamentares, coletivos culturais, escolas estaduais e municipais que atuam em Manguinhos com o propósito de manifestar o grande impacto negativo que o estande de tiros da Cidade da Polícia causa na vida dos moradores do bairro, na interferência das atividades escolares, esportivas e artísticas que ficam ao lado do estande (ex. Escola estadual Clóvis Monteiro, espaço cultural Ballet Manguinhos, Rio de música, entre outras instituições) assim como na saúde mental dos moradores.” (Fala Manguinhos – post no Instagram)

O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?



Imagem: Acervo Centro de Cultura e Memória Ancestral Kasa Marcelina

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado. Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

TUBERCULOSE AVANÇA EM MANGUINHOS, JUNTO COM A FOME, O EMPOBRECIMENTO DOS MORADORES E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

RELATO DO CENTRO DE SAÚDE ESCOLA GERMANO SINVAL PEREIRA/ENSP/Fiocruz:

Celina Boga, médica do CSEGSF/ENSP/Fiocruz

O Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria/ENSP/Fiocruz, segundo dados do setor de vigilância, registrou 59 casos de tuberculose no ano de 2020. A maioria dos casos em pessoas maiores de 15 anos e em homens (59,32%). Observa-se que entre mulheres os casos da doença vêm aumentando. Desses 59 casos, 16 foram registrados na área do Parque João Goulart, 11 na área de Vila Turismo e 9 na área da Vila São Pedro e Comunidade Agrícola de Higienópolis. Entre os 59 casos, 44 foram casos novos, isto é, pessoas que adoeceram pela primeira vez. Do total, 52 casos foram da forma pulmonar da doença. No final deste ano tivemos 29 curas, 15 abandonos e 1 óbito por tuberculose. O restante “encerrou” o tratamento por outras causas. No ano de 2021, até o mês de junho, foram contabilizados 38 casos; a maioria deles em pessoas maiores de 15 anos e em homens. Vila Turismo e Parque João Goulart são as áreas que mais acumulam casos até agora. Desses 38 casos, 29 deles são casos novos. Provavelmente este ano de 2021 teremos mais casos que em 2020. A tuberculose é uma doença da pobreza, da insegurança alimentar e social, das más condições de vida. Não devemos, em momento algum, esquecer desta determinação social. Pobreza e tuberculose caminham associadas, ainda mais em tempos de pandemia onde houve (involuntariamente) uma diminuição significativa na busca ativa de casos, na identificação, e, consequentemen-

te, nos diagnósticos e tratamentos oportunos. Isso é notório quando se compara a redução do número de notificações de 2020 em relação a 2019. O que lemos aqui não expressa o tamanho do problema em Manguinhos. Temos visto um empobrecimento brutal das pessoas. Elas têm fome. De tudo!”

RELATO DA CLÍNICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

VICTOR VALLA, EM MANGUINHOS:

Valeska Antunes, médica da Clínica de Saúde da Família Victor Valla

“Comparando os anos de 2019 e 2020, percebemos que houve aumento das solicitações de baciloscopia – o exame de rastreio para tuberculose. Porém não houve aumento de diagnósticos. De outra sorte, a taxa de alta por cura teve uma redução de 76% em 2019 para 55% em 2020, com aumento proporcional de abandonos. Isto reflete a desestruturação do trabalho das equipes no período da pandemia, com afastamento de muitos profissionais por se tratarem de grupo de risco, sem reposição dos mesmos, e a necessidade de mudança de escalas para atendimento específico da Covid.”

COMO COMER, VIVER E TER MORADIA, NA PANDEMIA DA COVID-19?

Elaine Marcelina, moradora de Campo Grande, coordenadora do Centro de Cultura e Memória Ancestral Kasa Marcelina. Mestre em História, escritora e militante do Movimento Negro Unificado (MNU).



Imagem: Acervo Centro de Cultura e Memória Ancestral Kasa Marcelina

Sou Elaine Marcelina, hoje coordeno o Centro de Cultura e Memória Ancestral Kasa da Marcelina, onde todas as ações são feitas dentro da minha casa, onde moramos eu e minha filha, Anna Gomes. Na Kasa da Marcelina um dos projetos é a Ação Doe Amor, onde distribuo alimentos para moradores em situação de rua, em Campo Grande, de 15 em 15 dias. A pandemia também impactou nesta ação. Distribuo cestas básicas na Zona Oeste do Rio de Janeiro tem mais de seis anos, distribuindo 3 ou 4 cestas mensais, vindas das pessoas que

iam até minha casa receber um passe ou consulta com meu Preto Velho, Pai Joaquim de Angola. Herdei esta parte espiritual da umbanda, dos meus avós. Sou rezadeira, como meu avô materno era.

Na Kasa de Marcelina, temos ainda a Biblioteca Comunitária Beatriz Moreira Costa – Mãe Beata de Iemanjá, onde jovens crianças e adultos podem vir pegar livros para ler, seguindo os protocolos de segurança. Esta

Imagem: Acervo Centro de Cultura e Memória Ancestral Kasa Marcelina



biblioteca foi rebatizada este ano, pois se chamava Biblioteca Comunitária Carolina Maria de Jesus. Como Carolina Maria de Jesus ganhou um título da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pensei: temos muitas e muitos de nossos mais velhos para colocar em lugar de destaque, que esta sociedade não colocou, aí rebatizei. Em fevereiro deste ano abri na minha sala a Livraria Oju Obá. Oju Obá é uma palavra em Yoruba, que significa “os olhos do Rei”. Criei esta livraria pela necessidade que minha filha e minha sócia na livraria tinham para ganhar dinheiro. Ela me disse “mãe, quero trabalhar”. Imediatamente pensei: “quer ser minha sócia na livraria?” Ela topou, e com isso nasceu uma empreendedora aos 16 anos de idade.

Voltando ao cerne da questão, como comer, viver e ter moradia, na pandemia da Covid-19?

Eu fui gestada embaixo da Marquise do Vavau, na Rua Antenor Corrêa, conhecida como Vacaria, localizada, em Senador Camará, Vila Aliança,

favela da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Minha mãe foi posta na rua por meu avô, por ter engravidado aos 16 anos. Quando nasci, voltei para a marquise. Nasci em 6 de setembro de 1973. Meu umbigo melou. Minha tia mais velha Edneia pediu meu avô para deixar minha mãe entrar em casa comigo e ele deixou. Quando minha mãe foi agradecer, ele disse: “vem uma dona aí levar essa criança, filha minha não tem filho sem marido”. Minha mãe disse: “tá bom, papai”, virou e saiu. Foi até a estação de Senador Camará, pegou o trem e foi para Engenho de Dentro. Procurou uma antiga “patroa”, Dona Catarina, que nos acolheu e quando Dona Catarina me levou ao médico, o médico disse: “não temos mais nada há fazer, pois o umbigo melou”. Minha mãe fez promessa para São Sebastião e durante 7 anos fui aos pés do Santo, juntamente com minha mãe, em uma igreja em Bangu. Hoje tenho 48 anos, estou viva para contar esta história e minha mãe partiu em maio deste ano.

Minha mãe passou fome para eu e meus irmãos não passarmos, éramos 5: eu, Luciene, Wilson, Eudes e Priscila. E no ano passado, em maio de 2020, perdemos o meu irmão Wilson, morreu de Covid. Viveu nas ruas e muitos anos no sistema prisional. O corpo negro não tem descanso nem na morte, ele estava com a tornozeleira do sistema prisional quando morreu. Como estava tudo fechado pela pandemia da Covid-19, a funerária não poderia retirar a tornozeleira; O enterro dele foi adiado por um dia, pois tivemos que acionar o Ministério Público, para acionar a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP) para retirar a tornozeleira e podermos nos despedir do meu irmão, ainda que com caixão fechado.

Sempre me perguntam: Elaine, por que você faz esse trabalho de entrega de alimentos a moradores em situação de rua? Por que entrega cestas básicas, já que você é professora, escritora, mestre em História, roteirista e dramaturga?

A resposta é simples: fui gestada embaixo de uma marquise. Fui forjada por mulheres negras, como minha avó Natalina que me criou até meus 10 anos de idade. Nosso café era transparente, mas tomávamos café da ma-

nhã e da tarde. Passamos muitas dificuldades, mas minha tia Carmem chegava da maternidade Praça XV e trazia uma bananada para mim, Luciene, Wilson e minha prima Silvia Helena, filha da minha tia Carmem.

Minha tia Sheila, mesmo sendo um pouco mais velha do que eu, me matriculou na escola. Lembro do penteado até hoje. Sempre brinco com ela, “a cada coisa que escrevo, a culpa é sua que me matriculou na escola”. Quando fiz dez anos, fui morar de volta com minha mãe, pois havia nascido meu irmão Eudes, primeiro filho do meu padrasto Ednei, que conviveu 42 anos com minha mãe. Depois veio a Priscila. Me sinto mãe deles, pois cuidava deles para minha mãe trabalhar nas “casas de família”. Coloco entre aspas, pois minha mãe e outras mulheres negras moradoras de favela deixavam suas famílias em casa para trabalhar na casa de outras famílias.

No ano passado, só fui duas vezes levar comida aos moradores em situação de rua, pois eu tenho comorbidade e ninguém tinha noção de como ficaria esta pandemia. Trabalho na área de saúde, sou Agente de Combate às Endemias do Ministério da Saúde: os famosos “mata-mosquitos do Rio de Janeiro”. Hoje estou readaptada, cedida ao Estado do Rio de Janeiro e ao Município do Rio de Janeiro, trabalhando no setor Administrativo de um Posto de Saúde da CAP 5.2, Campo Grande. Após ser vacinada, no início deste ano, retomei o trabalho e voltei à minha missão. Foi quando vi o caos instalado.

Em Campo Grande, eu levo comida em três ou quatro locais: passarela da rodoviária de Campo Grande; em frente ao Bradesco; Igreja nossa Senhora do Desterro; Caixa Econômica, em frente ao Rocha Faria. Foi aí que segurei o choro, muitas mulheres, crianças, mulheres grávidas, idosos. A população em situação de rua aumentou, pois o desemprego aumentou, as pessoas não conseguem pagar aluguel e vão para a rua. Ainda têm os que ficam no BRT de Campo Grande, que estava desativado. Todos e todas dizem tia: “Deus vai te abençoar”. Sou do Candomblé, sou rezadeira e cultuo também a umbanda herdada por meus avós. Dói quando chega uma pessoa e diz “tia, ainda tem quentinha?”. Eu digo com lágrimas nos olhos: “acabou, mas eu

volto”. A fome na pandemia afetou as favelas, as pessoas em situação de vulnerabilidade, moradores em situação de rua ou não.

Eu tenho muitos alunos e alunas de Cursos de Escrita, que ministro online, desde a pandemia, mas uma aluna, que prefiro não identificá-la... foi minha aluna na Faculdade Simon- sen, em 2019. Ela é diarista, trabalha como faxineira e no fim de 2019, ela matriculou a filha no curso de Di- reito. Quando entrou a pandemia de

2020, ninguém a chamava para trabalhar. A filha trancou a matrícula e, no final de 2020, eu comprei a mesa dela de seis cadeiras. Ela recebia as pessoas; eu e mais cinco alunas que ajudo a escreverem livros. Ela precisou vender praticamente tudo. Agora, após a vacina, ela voltou a trabalhar nas mesmas casas. Mas quem cobre este impacto do que ela perdeu? Como fica o tão sonhado curso de direito da filha dela? Ela tem moradia, mas como faz para pôr comida na mesa com o gás no preço que está? Fica difícil. Outra crueldade, no meu ponto de vista, foi a forma de acesso ao auxílio emergen- cial. Muitas pessoas não têm acesso à internet, nem tem telefone. Tinham filas imensas na Caixa Econômica, dava dó de ver.

Então, eu nasci na favela, sou uma intelectual preta, escritora da perife- ria e luto para combater a fome neste país, no caso, aqui na minha trin- cheira, Zona Oeste do Rio de Janeiro, porque eu não passei fome, mas minha mãe passou.

Escrever sobre tudo isso dói, dilacera a alma, mas topei rascunhar estas linhas, para ver como podemos gritar para este mundo caduco e cruel que a fome mata! Que morar, sobreviver e comer no Rio de Janeiro, tem que se ter coragem! Coragem para lutar, levantar todos os dias e não esmorecer.



Imagem: Acervo Centro de Cultura e Memória Ancestral Kasa Marcelina

I JORNADA CIENTÍFICA FAVELADES UNIVERSITÁRIES

Fórum Favela Universidade

Quais os caminhos levam os favelados à Universidade e a Universidade à Favela?

O Fórum Favela Universidade, juntamente com a Fiocruz, UFRJ e parceiros, promovem a I Jornada Científica Faveladas Universitárias, que acontece entre os dias 16 a 20 de novembro.

Esta primeira edição será em um formato totalmente online por conta da pandemia de Covid-19 e conta com simpósios temáticos, apresentações culturais, rodas de conversa de projetos de extensão, além de minicursos e oficinas.

A proposta do Fórum é refletir a partir de temas e questões como: as dificuldades no acesso e permanência na Universidade (graduação e pós-graduação), o que tem sido produzido pelos acadêmicos de favela e as produções feitas sobre o território.

A Jornada tem como principal objetivo promover a divulgação sócio-técnica, científica e cultural de projetos e iniciativas produtoras de co-

Imagem: Acervo Fórum Favela Universidade



nhecimento, conduzidas por moradores, estudantes universitários e lideranças sociais das favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro.

A conferência de abertura, cujo o tema será “Quais caminhos levam os favelados à universidade e a universidade à favela?”, conta com a participação de Jean Wyllys, doutorando em Ciências Políticas na Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade de Barcelona.

Fique ligado e nos siga nas redes sociais!

FACEBOOK: <https://www.facebook.com/search/top?q=f%C3%B3rum%20favela%20universidade>

INSTAGRAM: <https://www.instagram.com/forumfavelauniversidade/>

A FAVELA QUER PESQUISAR: NEPS-CEASM OFERTA OFICINAS PARA ACESSO AO MESTRADO

Carolina Vaz - Jornalista do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm) e Jornal O Cidadão

Francisco Overlande - Educador popular, Professor de História da Rede Pública Estadual de Ensino, Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais da Maré (NEPS) e mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (FEBF/UFRJ)

“Tem hoje uma luta das pessoas para estarem na pós-graduação, pessoas das periferias, que buscam estar nesse espaço, buscam a garantia desse direito de continuidade da educação”. O relato é de Aryanne Paiva, moradora da Maré, pedagoga, mestranda da FEBF/UERJ e membra do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais da Maré (NEPS-Ceasm). Desde final de agosto, o projeto do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm) já ofertou duas oficinas de elaboração de pré-projeto de pesquisa, com foco no edital de mestrado da FEBF-UERJ, atingindo com as duas o total de 165 inscritos e a participação efetiva de 110 pessoas. Nos dois casos, as inscrições rapidamente foram esgotadas, em apenas um dia.

O Núcleo de Pesquisa, para além das oficinas, realiza um curso de extensão em parceria com a UERJ/FEBF. O curso “Quando as Periferias pesquisam: teorias e metodologias insurgentes” nasceu como uma parceria do NEPS com o Programa de Extensão Movimentos Sociais, Diferenças e Educação (Promovide), da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ). Com aulas online semanais, aos sába-

dos, desde 2 de outubro até 11 de dezembro, o curso conta em sua grade com docentes-pesquisadores tanto da FEBF/UERJ quanto educadores-pesquisadores do NEPS. Destinado preferencialmente a pesquisadores periféricos, o curso visa a ampliar a produção de conhecimento com/a partir das periferias urbanas. Tem como um dos objetivos dar visibilidade a ações educativas e produção teórico-científica das periferias. Dentre os temas abordados no curso estão metodologia das pedagogias decolonial e educação popular em espaços de educação articulados com a favela; memória e favela; pesquisa, imagem e periferias; e pesquisadores insurgentes.

Do Nepos ao NEPS: um percurso de 20 anos

O Núcleo de Pesquisa surgiu pela primeira vez em 2001, como Núcleo de Estudo e Pesquisa do Observatório Social da Maré, chamado de Nepos. Ele foi criado a partir dos dados obtidos pelo Censo Maré, uma



Imagem: Deise Lane

pesquisa do ano 2000 executada pelo Ceasm. Em seu segundo ano de atuação, o grupo estudava sobre crianças mareenses fora das escolas, e, numa intervenção efetiva, seus membros visitaram cerca de 600 crianças do bairro para incentivar a inscrição nas escolas. Segundo o doutorando em Serviço Social (UFRJ) e pesquisador do NEPS Lourenço Cezar, que participou também da primeira versão, o Nepos “foi pensado por um grupo de universitários oriundos do Pré-vestibular do Ceasm e que tinham como motivação inicial usar os dados do Censo Maré 2000 para aprofundar os conhecimentos sobre alguns resulta-

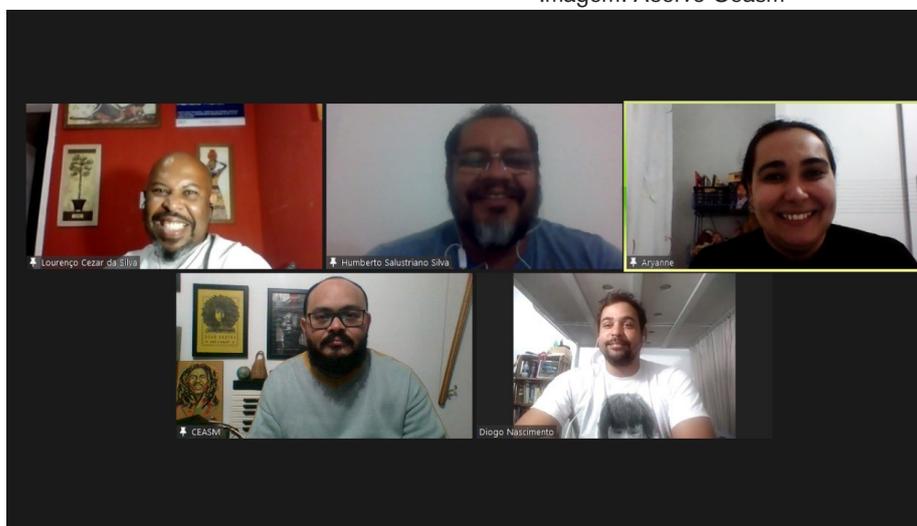
dos da Maré que gritavam mais e assim contribuir para a criação de políticas públicas que dessem conta desse problema. O que mudou com a chegada do NEPS é que acrescentamos a esse desejo e ação de origem a proposta de contribuir para que mais pessoas possam adentrar a pós-graduação com oficinas preparatórias e curso de extensão associados a universidades como a UERJ da Baixada”.

NEPS: Breve Histórico

O NEPS se configura como um dos projetos do Ceasm e tem como finalidade construir um permanente esforço na produção de conhecimento que valorize as periferias urbanas do país, evidenciando, assim, sujeitos sociais historicamente subalternizados, no sentido de incentivar o protagonismo de suas próprias epistemologias. Tal objetivo já havia sido desenhado, desde os primeiros anos de existência do Ceasm, através da ação de jovens universitários que buscavam através da prática da pesquisa compreender melhor a história da cidade do Rio de Janeiro e em especial, a das favelas cariocas.

Anos depois, em 2020, o núcleo de pesquisas do Ceasm passou por um processo de (re)criação e hoje conta com professores-pesquisadores com uma ampla experiência no campo educacional e também na prática da investigação científica. Dentro desse novo contexto, a finalidade do grupo consiste em se alinhar aos objetivos construídos no passado e traçar novas finalidades de intervenção social baseadas na formação continuada; na produção de metodologias de pesquisa diversas, e nas diferentes linguagens de comunicação com as pessoas.

Imagem: Acervo Ceasm



Pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais da Maré

Curso de Extensão “Quando as Periferias pesquisam”

O curso foi pensado com o objetivo de produzir processos coletivos de formação pedagógica e acadêmica, a partir da parceria entre pesquisadoras/es do NEPS e do Promovide, projeto de extensão da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ). As vagas para o curso foram preenchidas no mesmo dia em que foram abertas as inscrições, com um total de 85 inscritos para 70 vagas, havendo 15 inscritos na fila de espera para possíveis desistências.

Nas palavras de Francisco Overlande, pesquisador do NEPS: *“O curso de extensão, como foi pensado e está organizado, oportuniza um espaço de reflexão não sobre as periferias, mas com/a partir das periferias. Essa perspectiva nos permite outras metodologias para além da forma consolidada de produzir ciência/conhecimento que tornou as favelas e periferias “objeto” de pesquisa. A articulação entre NEPS–Ceasm e o Promovide da UERJ–FEBF nos permite vislumbrar uma universidade em constante diálogo e interação com os movimentos sociais e populares, de favela e periferias. ‘Quando as periferias pesquisam’ é um esforço de incentivar o protagonismo de sujeitos sociais historicamente subalternizados”*.

As aulas são realizadas de forma coletiva entre docentes-pesquisadoras/as da UERJ–FEBF e educadores-pesquisadores/as do NEPS–Ceasm contemplando pesquisas e discussões relacionadas às favelas e periferias.

Depoimento: Humberto Salustriano, Doutor em educação (UniRio) e pesquisador do NEPS

“Esse curso de extensão que estabelece uma parceria entre grupos que fazem parte dos movimentos sociais ligados à educação e a universidade pode ser entendido como resultado de uma longa luta de resistência e de protagonismo em relação à democratização do ensino e da pesquisa no Brasil. Isso porque historicamente a universidade se constituiu como espaço do privilégio onde grupos de maior capital simbólico e econômico monopolizaram as

narrativas sobre espaços de periferias e este curso representa exatamente um momento, um resultado de uma luta na qual se incluem grupos periféricos que a partir da sua própria visão constroem as suas próprias narrativas sobre si mesmos, e constroem pesquisas e produção de conhecimento a partir de um olhar e de uma perspectiva que foi historicamente silenciada. Então, esse curso tem esse ganho social e político que representa um maior protagonismo, uma maior ação desses grupos que hoje e cada vez mais integram o espaço universitário”

Imagem: Acervo Ceasm



NEPS: Oficinas de Elaboração de Pré-Projeto de pesquisa para Pós-Graduação (Mestrado)

As oficinas surgiram como pauta de atividades na agenda do NEPS ainda no início deste ano de 2021, mas somente em agosto foi possível realizar a primeira. O NEPS é um projeto que, ainda, não tem nenhum tipo de financiamento, seja público ou privado, portanto as ações promovidas pelo NEPS-CEASM são construídas em uma perspectiva de intervenção militante. Há uma nova demanda para as classes populares que é reflexo da democratização ao ensino superior: o acesso também à pós-graduação.



Primeira oficina de elaboração de pré-projeto de pesquisa para pós-graduação

Durante as oficinas, para além de se compartilhar dicas e orientações sobre elaboração do pré-projeto para mestrado, houve um momento específico para as outras fases do processo seletivo: entrevista, preenchimento do currículo lattes, elaboração de carta de apresentação, currículo, provas.

A primeira oficina foi realizada nos dias 30 e 31 de agosto com 70 vagas disponíveis, preenchidas em apenas três horas. A atividade se desenvolveu com foco no edital da UERJ-FEBF, o que de certa forma ajudou a desenhar o perfil da localidade dos participantes. A maioria eram moradores do Rio de Janeiro e oriundos de universidades públicas, e 70% se autodeclararam como mulheres. Houve participantes de outros estados, como Minas Gerais.

A segunda oficina, nos dias 27 e 28 de setembro, também teve grande procura e as inscrições foram encerradas no mesmo dia. Sem o foco num edital específico, teve participantes de outros estados como Paraná, Bahia, São Paulo e Maranhão e uma presença considerável do Rio de Janeiro. Também teve 71,5% de autodeclaradas mulheres, dentre as 95 inscrições. A faixa etária abrangia de 21 a 59 anos advindos de diversas áreas de formação/profissional como: pedagogos/as, professores/as, advogados/as, administradores/as, psicólogos/as, farmacêuticos/as, dentre outros.

Segundo Aryanne Paiva, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (FEBF/UFRJ), e pesquisadora do NEPS:

“Nós atingimos um número grande de mulheres, trabalhadoras, estudantes, então conseguimos perceber que estamos de alguma forma contribuindo para que acessem e possam refletir sobre seu papel nesse espaço, o espaço das discussões em relação à pós. (...) Uma das participantes da oficina se inspirou a modificar seu projeto de pesquisa para fazer algo parecido, focar em apoiar pessoas que são trabalhadoras, não têm tempo para investir em cursos preparatórios ou passar horas do dia estudando”.

Segundo o pesquisador do NEPS e Doutor em Estudos do Lazer (UFMG), Diogo Nascimento:

“Durante a oficina percebemos que o mestrado é um grande sonho para muitos professores(as) que estão há muitos anos na educação básica. Tivemos participantes de diferentes idades, em sua maioria entre 30 e 40 anos, que apontam a importância da oficina para essas pessoas que, mesmo fora do meio acadêmico, trazem inúmeras vivências e narrativas do ‘chão da escola’. Além disso, os encontros puderam fomentar debates importantes sobre a relação afetiva com o objeto de pesquisa, a relevância social dos territórios periféricos e os desafios que as seleções impõem, principalmente para os grupos de mães que enfrentam um histórico preconceito acadêmico.”

Conheça um pouco mais sobre o NEPS–Ceasm nas redes sociais:

BLOG: <https://nepsceasm.wordpress.com>

INSTAGRAM: @nepsceasm

FACEBOOK: nepsceasm

SITE CEASM: <https://www.ceasm.org.br>

OLHARES DA PERIFERIA: UMA VOLTA PELA FEIRA DA PAVUNA

Day Medeiros. Arte educadora e ativista sociocultural da Zona Oeste do Rio de Janeiro

Ramon Vellasco. Professor do Instituto C.A.S.A e fotojornalista

Jovens que participaram do ciclo: Ana Luísa Nascimento Ferreira, 17 anos; Yasmin Menezes de Oliveira Santos, 14 anos; Andressa de Assis Gandra de Souza, 22 anos; Hamilton Souza do Nascimento, 21 anos; Rayanne Vitória Olivetti Almeida, 14 anos; Jonnathan Lima Brandão, 23 anos.



Imagem: Andressa Gandra

O Instituto C.A.S.A. (@intituto_casa) através da parceria com a Agência de Notícia das Favelas (ANF) e a Secretaria Especial da Juventude Carioca, realizou o Ciclo de Oficinas Fotojornalismo - Olhares da periferia. Durante a formação, 6 jovens aprenderam sobre comunicação periférica, a importância de nós falarmos sobre nós mesmos, de periféricos e favelados comunicarem sobre seus territórios expondo as

culturas, demandas e ausências tão evidenciadas durante a pandemia. O professor Ramon Vellasco, apresentou a história da fotografia, os recursos e equipamentos adotados no processo de captação, manipulação e edição das imagens, utilizando até mesmo o celular como dispositivo para criação de material informativo. Valorizando principalmente o olhar periférico. Como resultado final do ciclo foi desenvolvido uma produção de fotojornalismo autoral dos jovens com os trabalhadores informais e feirantes da Pavuna, abordando como a pandemia afetou a sobrevivência deles.

COMUNICAÇÃO PERIFÉRICA E FOTOJORNALISMO

Texto: Ramon Vellasco

Imagem: Ana Luisa Nascimento



A oficina de fotojornalismo foi uma proposta inicial para desenvolver o olhar de jovens que estão cada dia mais inseridos na vida digital. A comunicação não pode ser colocada em um lugar inocente de selfies ou de

curtidas. Nossa vida passa pela comunicação e pela cultura e tudo o que há de informação e conteúdo, existe um interesse e contexto de consumo. A ideia é fazer o jovem periférico se perceber nesse lugar de comunicador e apropriar os discursos e as ferramentas para que possam produzir suas próprias narrativas e histórias de vida. Discutir que toda foto produzida por eles, pode ser uma fonte de informação e uma possível história.

A fotografia é uma das ferramentas do fotojornalismo para os jovens se apropriarem e construírem suas narrativas, falando de seus próprios territórios e interesses pessoais. A partir da minha vivência e experiência do que vejo nas ruas como fotógrafo, comecei a observar e questionar a importância de termos mais pessoas engajadas em contar suas próprias histórias e de criarem seus espaços de fala, fazendo com que a comunicação seja de fato inclusiva e representativa. Com a crise da Covid-19 no Brasil, é muito importante termos a potência da fotografia. Estar na linha de frente da comunicação, desde o início de 2020, nas ruas, fotografando e acompanhando situações de fragilidade, de pessoas em situação de muita vulnerabilidade, pessoas em situação de rua, moradores de ocupação perdendo seu direito à moradia, por serem despejadas em plena pandemia, favelados sem ter o que comer e tendo que se expor em situações de risco, com trabalhos que não davam nenhum mínimo de dignidade, de segurança e de direitos trabalhistas é fundamental para que essa situação seja vista e reconhecida pela sociedade. A fotografia é uma ferramenta potente com representações simbólicas. É um grito de voz que representa realidades e conta a história de milhares de pessoas.

“FOI UMA SAÍDA PRA ME SUSTENTAR.”

Entrevista: Yasmin Menezes de Oliveira Santos

Transcrição: Yasmin Menezes de Oliveira Santos

Texto: Day Medeiros

Tayná Ventura Gomes, 25 anos, mora em Costa Barros. na Zona Norte do Rio de Janeiro. Ela contou que o objetivo dela de trabalhar infor-



Imagem: Rayanne Olivetti

malmente com venda de acessórios, como calcinhas e bolsas, é abrir a própria loja um dia, para não ficar trabalhando para os outros. A jovem que mora com o marido e três filhos – Igor Ezequiel, de 9 anos, Nicolas, de 5 anos, e Micael, de 6 anos –, contou que sua rotina começa às 7:30 e termina às 20:30. “Eu fecho e vou pra casa e vou dormir, não tenho outra coisa pra fazer.” Antes de trabalhar vendendo na passarela da Pavuna, ela contou que já trabalhou com outras coisas, como manicure, atendente, mas que decidiu trabalhar informalmente porque não teve outra opção. “A pandemia acabou com todo mundo, me atrapalhou, fiquei dois anos desempregada, essa foi uma saída pra me sustentar.”

Quando perguntada sobre com quem ficam os filhos, Tainá contou que eles ficam com a comadre, e que não conseguiram estudar durante a pandemia, mas que acompanharam as aulas minimamente pelo celular. E que às vezes ela leva o caçula para a feira com ela. A vendedora que acabou de começar no ponto onde fizemos a entrevista, disse que

a pandemia atrasou muito seu plano de vida, com casa e aluguel. Ela chegou a precisar da ajuda da mãe Daniele, de 38 anos, que trabalha em casa de família.

Para ela a pandemia está melhorando, as vendas estão fluindo e está sendo bem recebida. Desde os 15 anos ela já trabalhava na região da Pavuna e quando engravidou, por conta própria, quis sair de casa. Ela perdeu o filho ao tomar um tiro de raspão, ainda assim seguiu a vida vendendo qualquer coisa, aceitando qualquer tipo de trabalho. Mesmo que a renda fosse pouca, já trabalhou com barraca de doce, já vendeu água no sinal, tudo para sobreviver.

“É DAQUI QUE EU TIRO MEU SUSTENTO.”

Entrevista: Jonnathan Lima Brandão

Transcrição: Ana Luísa Nascimento Ferreira

Texto: Day Medeiros

Solange Freitas Alves, gosta de ser chamada de Sol, 61 anos, moradora de São João de Meriti, contou que tudo o que ela vende em sua barraca, compra o material na loja e fabrica todas as peças. “Eu faço crochê, pinto, faço pano. Eu que faço tudo na mão. Tenho uns 15 anos nessa profissão”. Sol, conta que começou sozinha e aprendeu sozinha. “Não tinha quem me ensinasse na época. “Eu sou canhota e as pessoas tinham preconceito.” Incentivada por uma vizinha que pediu pra ela fazer uma toalha de mesa, logo depois foi convidada para participar de uma festa da igreja, onde arrumaram uma vaga em São João de Meriti e ficou há 11 anos lá. “Eu fazia só pra mim, aí me incentivaram a fazer pra revender.”

Em 2014, começou a trabalhar na Feira da Pavuna. Antes disso trabalhou de carteira assinada em comércio, padaria, loja de noiva e de tudo um pouco. “Já até trabalhei na rua vendendo porta copos.” A feira que é para a sobrevivência dela e de sua família, durante a pandemia, se sentiu muito prejudicada pois não vendia muito. “Cheguei ao ponto de não



Imagem: Yasmin Santos

ter nada em casa pra comer.” Atualmente ela mora apenas com o filho de 29 anos, que agora está fazendo bico, consertando ar condicionado e computador. No começo da pandemia, com as atividades presenciais suspensas, a artesã conta que teve ajuda da filha de 42 anos que mora em Belford Roxo. “Nós somos muito unidos graças a Deus”.

“VALORIZEM NÓS!”

Entrevista: Ramon Vellasco

Transcrição: Jonnathan Lima Brandão

Texto: Day Medeiros

Durante a oficina prática dos jovens, encontramos com Maria Cecília, 24 anos, que pediu para ser entrevistada. A vendedora ambulante que trabalha há 7 anos no ramo, contou que dentro desses anos, teve duas filhas e continua morando de aluguel. “Tem sido dificultoso, tipo assim, eu vivo um dia após o outro, eu venho pra pista faço os corre mas o dinheiro volta todo pra pagar o aluguel, comida e mobília de segun-



Imagem: Jonnathan Brandão

da mão, porque tá difícil até pra sobreviver.” A camelô mora em Campo grande, mas roda pelo Rio de Janeiro todo vendendo suas mercadorias. “Eu venho batendo ônibus, venho batendo trem, aí tem dias que eu tô em Madureira, Pavuna, Méier, Centro, São Cristóvão, eu rodo o Rio todo, o bom disso tudo é que vou mudando de lugar e vou conhecendo a cidade e explorando mesmo.” No começo da pandemia, com o auxílio emergencial, Maria sustentou a casa e conseguiu comprar um terreno em valor parcelado, e que está precisando arrumar a documentação do terreno. Depois das 6 parcelas do auxílio, ela passou a ter apenas o bolsa família.

Sua ligação com a Pavuna começou há sete meses “eu nunca tinha vindo pro lado de Pavuna, tem sete meses que eu tô como camelô da Pavuna, porque eu tô com um processo ali no Fórum, aí tô vindo pra cá direto.” Quando perguntada se podia falar sobre o processo, ela contou que o pai solicitou a guarda da filha, alegando que ela não tem condições de cuidá-la. “Mas a minha filha é muito bem criada, muito bem cuidada, eu



Imagem: Hamilton Souza

criei ela dentro da medida do possível, se chegar lá em casa não faltam as coisas pra ela”. Para acompanhar o andamento do processo, Maria vai toda a semana para a Pavuna. E nesse percurso já começa o seu trabalho, vendendo sua mercadoria. O genitor usa o fato do trabalho sem carteira assinada contra a mãe, “hoje mesmo eu vi que agora ele está exigindo que eu tenha um emprego formal, falei: ‘cara estamos numa pandemia, não existe emprego formal para todo mundo, existe quem te indica, quem vai pegar o seu currículo, quem vai abrir uma oportunidade de emprego para você, agora se você não tiver alguém que te indique você não trabalha”. A mãe, que não vê a filha desde o Natal, contou emocionada que ao deixar a filha passar o feriado com a avó paterna, o pai alegou na justiça abandono e desde então foi proibida de vê-la.

Também questionamos sobre o lucro com as vendas e a mesma alegou que consegue pagar as contas com um lucro de 40 reais por dia. “Nós temos que fazer uma correria pra conseguir vender, ou às vezes o passa-

geiro que está passando tu oferece mercadoria e ele paga passagem pra você, se for cartão melhor ainda que ele paga a passagem então aí eu não gasto assim muito da passagem, né?” Maria aproveita quando vai na Pavuna pois tem diferença de três reais na mesma mercadoria em Campo Grande. A moradora da Estrada da Posse, conta que trabalha mais de 12 horas por dia. “Eu saio bem cedo, porque quero pegar o fluxo de quem está saindo pra ir trabalhar.” E surpreendentemente ela desabafa “detalhe: eu sou formada professora”. Imediatamente questionada o motivo de não exercer a profissão, ela conta que fez o concurso da prefeitura e que não está conseguindo trabalho como professora, passou no concurso da prefeitura do Rio e está no banco de espera desde antes da pandemia.

“Porque eu escolhi ser professora? Justamente por mim, porque eu sou uma mulher negra, eu me incluo nas crianças que tiveram uma situação de vida precária, com problemas sociais, problemas familiares. Todo apoio que tive, por pouco que foi, foi dentro da escola, foi com os professores, então assim, ali dentro da escola foi um lugar onde eu tentei ser uma pessoa melhor. Coisa que minha mãe não deu, e não digo nem pai, porque minha mãe era mãe solteira e não pôde me dar muito. A escola foi minha base de educação, então assim, eu escolhi ser professora justamente pra isso, porque às vezes as criança não têm em casa aquela base de educação e tem na escola. Um professor é importante na vida de um ser humano cara, por isso que eu escolhi ser professora e quero ser mais, quero ser psicopedagoga, não quero ficar só dentro da sala de aula.”

A trabalhadora que pretende se especializar em Ensino à Distância (EAD), conta que além de tudo enfrenta o preconceito e o racismo ao abordar clientes na rua. “A pessoa não sabe que quem está aqui vendendo balinha é uma professora que também está precisando de trabalho, já teve caso de eu oferecer a balinha e a pessoa ter a cara de pau de falar vai trabalhar, vai caçar um emprego e eu falo ‘eu tô apta, eu tô aqui. Não é que eu to vendendo bala que eu deixo de ser gente’. Esse é o lado ruim do vendedor ambulante. Valorizem nós, valorizem os ambulantes, porque não é que a gente tá fazendo uma abordagem que a gente quer assaltar.”



DEBATES

Imagem: Ricardo Souza

A seção Debates traz a reflexão dos epidemiologistas Reinaldo Dantas Lopes e Felipe de Oliveira Cezário sobre a tuberculose no contexto da pandemia de Covid-19, destacando como o cenário de desemprego, diminuição da renda das famílias e piora das condições de moradia e de vida, dificultam o acesso à saúde e o enfrentamento da doença.

Paloma Nunes, jovem moradora de Manguinhos, debate o acesso à saúde dos moradores de favela durante a pandemia e chama atenção para a negligência, a precarização dos serviços públicos e a violação do direito à saúde dessa população.

A TUBERCULOSE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Reinaldo Dantas Lopes, professor de geografia do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm) e PVCSA, Geógrafo do Laboratório de Informações e Registro da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), mestrando no programa em Epidemiologia em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz).

Felippe de Oliveira Cezário - Coodernador do Serviço de Vigilância em Saúde da Rocinha, mestrando em epidemiologia e saúde pública pela ENSP/Fiocruz.

A pandemia de Covid-19 é um dos maiores desafios vivenciados no atual contexto de globalização, pegou de surpresa muitos países e seus sistemas de saúde. Tão rápida quanto os meios de transportes que levaram a doença a todos os continentes do planeta, a doença provocou uma corrida na reestruturação dos sistemas de saúde. Buscou-se construir barreiras sanitárias que visavam barrar a circulação do vírus, bem como realocar recursos, profissionais de saúde e aumentar o número de leitos para hospitalização dos adoecidos. A pandemia afetou não só o setor saúde, mas foi muito além, provocando crises por onde quer que passasse.

A grande transmissibilidade do vírus, a inexistência de tratamento precoce e a falta de vacina no início da pandemia obrigaram as autoridades sanitárias a tomar como medida primordial para o controle da pandemia, o isolamento e o distanciamento social. O distanciamento social é um dilema até hoje, virou disputa política nacional e internacionalmente, tendo como debate central a economia e seus desdobramentos.

A atual pandemia de Covid-19 também fez com que muitas diferenças existentes no nosso país fossem reforçadas, uma das que mais chamam atenção foi o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad/IBGE) demonstram que durante a pandemia os 40% mais pobres da população tiveram sua renda familiar oriunda do trabalho reduzida em 30%.

A diminuição da renda das famílias brasileiras forçou muitas pessoas a se submeterem a insalubres condições e relações de trabalho, inclusive, a trabalharem no mercado informal, como vendedores ambulantes, motoristas e entregadores de aplicativos, como alternativa para sobreviver. Estas formas de trabalho não fornecem muitas garantias, como o seguro desemprego, o 13º salário, férias e uma carga horária de trabalho digna e acaba afetando negativamente a saúde das pessoas.

Além da perda de parte da renda, houve um aumento significativo do desemprego na sociedade em geral. Segundo o IBGE, 14,8 milhões de pessoas seguem buscando um emprego em todo o Brasil –o maior recorde de registros desde 2012. A vulnerabilidade social que já existia foi agravada pela pandemia e pela crise política que o Brasil enfrenta, piorando as condições de moradia e de vida, principalmente dos mais pobres.

Imagens: Ricardo Souza



Tornou-se mais frequente o compartilhamento de casas entre pessoas conhecidas e familiares na tentativa de se dividir os custos residenciais como aluguel, alimentação e outras despesas. Os adensamentos comunitários (casas muito próximas, becos e vielas), que dificultam a circulação de ar, a entrada da luz solar, e os precarizados serviços de água, esgoto e lixo também impactam nas condições de vida de seus moradores.

A diminuição da renda familiar, por sua vez, torna a alimentação

Barracos feitos de madeira e preparo de alimentos na localidade conhecida como 950, no bairro do Caju, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Ano: 2017

adequada cada vez mais escassa à medida que o desemprego e o mercado informal de trabalho ganham espaço. Tal cenário favorece a manifestação não só de doenças crônicas, como a hipertensão e diabetes, mas também de doenças biopsicossociais como depressão e ansiedade, além do uso de drogas.

Todo esse cenário, existente em milhares de comunidades e favelas, dificulta o acesso à saúde da população e favorece a ocorrência de outras doenças, como a tuberculose. Além de o desenvolvimento de Covid-19 ser um fator de risco para tuberculose e vice-versa, pacientes com tuberculose e Covid-19 têm 25% menos chance de se recuperar da Covid-19 (SY, HAW e UY, 2020). Além disso, pacientes com sequelas pulmonares causadas pela Covid-19 podem apresentar maior risco de desenvolver tuberculose no futuro.

A tuberculose é uma doença infectocontagiosa causada por um microrganismo chamado de *Mycobacterium tuberculosis*, mais conhecido como Bacilo de Koch (BK), e tem o homem como principal hospedeiro. Uma pessoa com o bacilo infecta em média de 10 a 15 pessoas em um ano, isso em um contexto sem pandemia.

A doença, na maioria dos casos, é transmitida por via aérea através da inalação de gotículas que possuem os bacilos expelidos pela pessoa infectada nas vias respiratórias (pulmonar ou laríngea) ao falar, espirrar ou mesmo tossir. Na prática, nem todos os contaminados se tornam enfermos, pois é necessário que o indivíduo esteja com sua imunidade debilitada. Logo, indivíduos acometidos pelo vírus da imunodeficiência humana - HIV, que tenham hábitos não saudáveis como uso drogas ou que possuam outras doenças imunodepressoras como diabetes, silicose e desnutrição são mais propícios a desenvolver a tuberculose.

A tuberculose é uma doença comumente associada a fatores sociais, pois, geralmente, os mais vulneráveis ao adoecimento vivem em moradias insalubres e situação de pobreza, que refletem negativamente na capacidade autoimune do corpo. A doença já foi conhecida como “a praga

dos pobres” e tem incidência no país desde os tempos coloniais, quando o europeu trouxe o bacilo para o território que hoje compreende o Brasil e, ao ter contato com as populações nativas, dizimou milhares de vidas. Porém, ganhou destaque na saúde pública ao ser identificada, no final do século XIX e início do XX, como a principal causa por mortes na cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente trata-se de uma doença que, por lei, é obrigatória a comunicação dos casos às autoridades de saúde pública em todo território brasileiro, ou seja, de notificação compulsória. A detecção dos casos de tuberculose pulmonar é a principal etapa de controle da doença, já que quanto mais rápido for diagnosticado e tratado, mais fácil será romper o ciclo de transmissão do bacilo.

No ano de 2020, com a pandemia ocorrendo por todo o mundo ficou extremamente difícil combater a tuberculose. Os sistemas de saúde voltaram seus esforços para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus e outras doenças ficaram descobertas. Houve também uma precarização dos serviços de saúde, inclusive no aspecto da saúde da família, com atrasos de salários aos profissionais de saúde, grande rotatividade destes e sobrecarga de trabalho para os que permaneceram, o que afetou a assistência e o cuidado de outras atividades ligadas à atenção básica.

Toda essa conjuntura impactou o enfrentamento da Tuberculose que vinha sendo conduzido principalmente pela Atenção Básica e tinha como principal estratégia o Tratamento Diretamente Observado (TDO), popularmente conhecido pelos Agentes Comunitários de Saúde como DOTS (sigla em inglês de Directly Observed Treatment Short Course). O TDO estimula a criação do vínculo de uma atuação humanizada dos profissionais de saúde com os pacientes, onde é inserido nesse tratamento a observação da ingestão dos medicamentos pelo paciente, sob a supervisão de um profissional de saúde em locais e horários previamente acordados.

As unidades básicas de saúde tiveram que se readaptar ao novo contexto, os profissionais que lá atuam têm participado ativamente na campanha de va-

cinação para o enfrentamento da Covid-19 e tiveram que readequar seus processos de trabalho devido ao isolamento social; como solução parcial, muitos profissionais passaram a fazer uso de tecnologias digitais, para acompanhar seus usuários, muitos adoeceram e as equipes ficaram desfalcadas.

As notificações de novos casos de tuberculose também seguiram ocorrendo, inclusive de infecções concomitantes de Covid-19 e tuberculose, sendo muito mais letais. Porém, foi notável a diminuição em muitos estados da notificação de tuberculose quando comparado com anos anteriores. Especialistas acreditam que a reduzida demanda por diagnóstico e tratamento terá influência nas futuras taxas de incidência e mortalidade, isso porque, inclusive, há semelhança entre os sintomas de ambas as doenças.

Segundo o Sistema Nacional de Agravos Notificáveis/TABNET Rio de Janeiro, o Caju é um dos cinco bairros mais afetados por tuberculose na cidade do Rio de Janeiro, e segundo o Censo 2010, é também um dos mais favelizados da cidade - onde 4 a cada 5 moradores vivem em comunidades. A tuberculose no Caju manteve-se com o número médio de notificações dos últimos 10 anos. Enquanto a média de cura dos últimos dez anos foi de 72,4%, no ano de 2020, o desfecho como cura representou apenas 47,3% dos casos, segundo os dados da prefeitura do Rio de Janeiro. Estes números ajudam a entender parte do contexto que o bairro e os profissionais de saúde que lá atuam vivenciam, mas deve-se considerar a subnotificação (já que os profissionais estão realizando outras atividades ligadas ao combate a pandemia que, no momento, são entendidas como prioridade).

Desta forma, o debate sobre a tuberculose e a Covid-19 é muito mais profundo e sem dúvidas ultrapassa o setor saúde. O enfrentamento da tuberculose passa pela adoção de medidas como campanhas de conscientização da população sobre, mas deve ir além e incorporar ações que diminuam as desigualdades socioeconômicas e uma política de habitação e de urbanização eficaz, capaz de dar condições dignas de vida a todos.

Referência:

SY, K. T. L.; HAW, N. J. L.; UY, J. Previous and active tuberculosis increases risk of death and prolongs recovery in patients with COVID-19. Infect Dis (Lond), 2020.

ACESSO À SAÚDE NA FAVELA DURANTE A PANDEMIA

Paloma Nunes, moradora de Manguinhos, Jovem Aprendiz na Cooperação Social da Fiocruz.



Imagem: acervo Fala Manguinhos

Nos últimos dois anos sofremos diversos impactos pela crise sanitária mundial da pandemia de Covid-19, e como sempre os moradores de territórios periféricos e favelizados foram mais atingidos. Além de serem os mais vulneráveis à insegurança alimentar, em sua maioria, os moradores sofrem exposição ao vírus por geralmente ocuparem cargos cujas funções

oferecem mais riscos de contágio; são mais suscetíveis de serem alvo de discursos anti-científicos e disseminação de fake news por terem, em sua maioria, atingido baixo grau de escolaridade. Esse mesmo segmento também sofre impacto no acesso à educação, desta vez por falta de equipamento e acesso à internet, além de contarem com transtornos relacionados à violência policial que não foi interrompida nesse momento de maior fragilidade social.

Todos os problemas de se viver à margem foram agravados pela dificuldade de acesso a atendimento médico, pelo sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS) resultante de muitas práticas e negligências que sempre desfavoreceram os que são dependentes de serviços públicos. Falta de insumos, desvalorização de profissionais e até o fechamento da

Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Manguinhos, são obstáculos a serem superados por moradores da região, que deveriam ter seus direitos garantidos pela constituição respeitados, entre eles, o direito à saúde, que como define a Organização Mundial de Saúde, deve ser entendida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade.

MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento do covid-19. Um delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados. Esta seção repercute mobilizações sociais de favelas pela garantia de direitos básicos.

Nesta edição, Roger Almeida, aborda a partir da sua experiência como jovem morador de Manguinhos o tema da violência policial e o processo de mobilização das Mães de Manguinhos, uma rede de mães que tiveram seus filhos assassinados.

Imagem: Acervo Pessoal Ana Paula de Oliveira



ATOS DE BRUTALIDADE EM AÇÕES POLICIAIS EM MANGUINHOS

Roger Gomes de Oliveira de Almeida, morador de Manguinhos, Jovem Aprendiz na Cooperação Social da Fiocruz.

Colaboração: **Ana Paula Oliveira**

Nesse texto falo sobre violência policial na cidade do Rio de Janeiro e destaco uma favela, na qual eu, autor, moro e baseio as minhas informações. Nele, procuro mostrar um pedaço da realidade de Manguinhos, abordando principalmente fatos acontecidos durante os últimos anos.

Começo falando sobre a truculência policial na minha comunidade, assim como em todo país. Eu, como morador da favela de Manguinhos, vivo isso no dia dia, tenho relatos de amigos e tenho vivência sobre o fato de passar por abuso de autoridade policial, seja ela em uma operação dentro da favela ou numa abordagem normal.

Em relação aos números de casos de violência policial e mortes causadas por operações policiais em comunidades, durante a pandemia, surgiu uma mobilização chamada ADPF 635. Foi numa decisão na ADPF 635 que os ministros do Supremo Tribunal Federal vetaram operações policiais no Estado do Rio de Janeiro, enquanto durar a pandemia, com a ressalva em casos excepcionais e previamente comunicados pelas forças de segurança do Estado ao Ministério Público do Rio de Janeiro. Assim que aprovado, houve uma redução considerável em relação à taxa de mortalidade em operações policiais nas favelas, inclusive na comunidade onde eu moro.

Na minha comunidade, devido à perda de parentes, pessoas que foram assassinadas pelo Estado ou mortes causadas por sua negligência, foi criado por um grupo de mães de vítimas de violência policial um projeto de resistência ao fato de que o povo de favela tem os direitos dos seus filhos desrespeitados pelo Estado. O projeto também tinha e tem o objetivo de acolher mães que perderam seus filhos, oferecendo um apoio moral a elas.



Imagem: Acervo Pessoal Ana Paula de Oliveira

As Mães de Manguinhos são exemplo de resistência das mães que transformam o sofrimento da violência do Estado contra os seus em luta pela justiça e pelo fim dos assassinatos em seus territórios.

O movimento foi fundado por mães moradoras de Manguinhos que tiveram seus filhos assassinados pela polícia da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que gerou vítimas desde sua chegada. A UPP chegou em Manguinhos em outubro de 2012 e o primeiro homicídio cometido pelos policiais da UPP foi registrado em março de 2013.

A primeira vítima foi Matheus, um jovem de 16 anos, assassinado por uma arma de choque.

Imagem: Acervo Pessoal Ana Paula de Oliveira

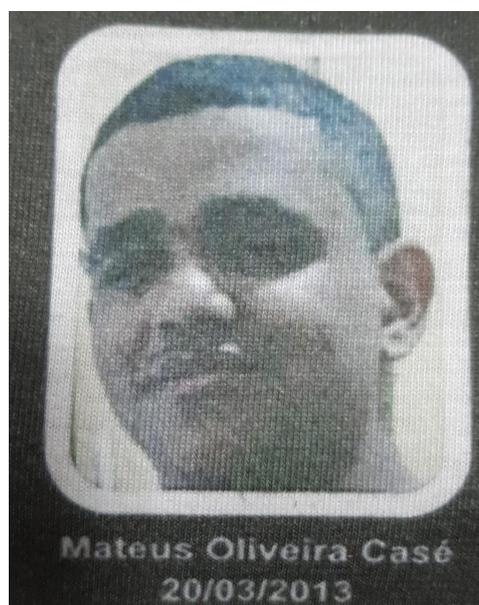




Imagem: Acervo Pessoal Ana Paula de Oliveira

A segunda vítima foi Paulo Roberto de 18 anos, que foi espancado até morte por policiais.



Imagem: Acervo Pessoal Ana Paula de Oliveira

A terceira vítima foi Johnatha de 19 anos morto por um tiro nas costas.

Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha, foi uma das fundadoras do Mães de Manguinhos. Ela, diante da dor, foi em busca de justiça por seu filho. Começou a se conectar com diversas outras mães negras, faveladas e periféricas, que também tiveram seus filhos assassinados. Ela, juntamente com outras mães, decidiram criar essa rede de luta contra a violência do Estado.

Nas palavras da própria Ana Paula, “Mães de Manguinhos é uma rede que luta contra todos os tipos de violência, principalmente a policial. Acolhemos familiares de vítimas, estamos na linha de frente dessa luta em busca da memória, de justiça e da verdade. São as mães que estão juntas nessa luta!”

Ana Paula e todas as outras mães que formam o Movimento Mães de Manguinhos são exemplo das redes de apoio que mulheres criaram após sofrerem com a violência do Estado. As mulheres estão sempre em movimento, em busca de fortalecimento e justiça pelos seus.

Nas palavras de Ana Paula: “Quando refletimos sobre a necessidade de reivindicar paz com garantia de direitos, fica evidente que não é de qualquer paz que estamos falando. Não falamos de uma paz abstrata, mas aquela proporcionada pela garantia dos direitos fundamentais civis e constitucionais. Mas ainda estamos lutando para garantir direitos básicos? Parece um tanto anacrônico que a preservação da vida ainda seja uma bandeira permanente de enfrentamento. Nas mesmas comunidades que produzem o carnaval, conhecido mundialmente, os moradores ainda sofrem com as desigualdades sociais e econômicas que se acentuam violentamente, e lutar por direitos ainda é necessário e urgente.”

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Coordenador Editorial

Fábio Araújo

Colaboradores nesta edição

Ana Luísa Nascimento Ferreira

Ana Paula Oliveira

Andressa de Assis Gandra de Souza

Carolina Vaz

Celina Boga

Day Medeiros

Elaine Marcelina

Felippe de Oliveira Cezário

Francisco Overlande

Hamilton Souza do Nascimento

Jonnathan Lima Brandão

Paloma Nunes

Raul Vellasco

Rayanne Vitória Olivetti Almeida

Reinaldo Dantas Lopes

Ricardo Costa Souza

Roger Gomes de Oliveira de Almeida

Valeska Antunes

Yasmin Menezes de Oliveira Santos

Movimentos Sociais, Coletivos e Instituições

Centro de Cultura e Memória Ancestral Kasa Marcelina
Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm)
Centro de Saúde Escola Germano SINVAL Faria/ENSP/Fiocruz
Clínica de Saúde da Família Victor Valla
Fala Manguinhos
Fórum Favela e Universidade
Instituto C.A.S.A
Jornal O Cidadão
Mães de Manguinhos
Movimento Negro Unificado

Revisão

Fábio Araújo
Luiza Gomes Henriques

Projeto Gráfico e Diagramação

Mariane Martins



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz